



PARECER PRÉVIO Nº 141/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 13362/2018.

Apensos: Processos nºs 10030/2018, 12243/2017 e 13364/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Alvarães.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Edy Rubem Tomas Barbosa (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICOP, DICAMI e DICREA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1355/2023-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Alvarães do Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Alvarães, referente ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Edy Rubem Tomas Barbosa**, Prefeito, à época, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas e art. 1º, I e do art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Setembro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins



PARECER PRÉVIO Nº 141/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Rodrigues dos Santos, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 141/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 141/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 13362/2018.

Aposos: Processos nºs 10030/2018, 12243/2017 e 13364/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Alvarães.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Edy Rubem Tomas Barbosa (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICOP, DICAMI e DICREA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1355/2023-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Alvarães do Exercício de 2017.

Determinações. Recomendação. Ciência.
Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** o encaminhamento, após a sua devida publicação, do respectivo **Parecer Prévio**, acompanhado do Voto e de cópia integral do Processo à Câmara Municipal de Alvarães, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição Estadual): O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a



ACÓRDÃO Nº 141/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 141/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

votação. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

10.2. Recomendar à Prefeitura Municipal de Alvarães que:

10.2.1. Realize a adequada classificação das contas, de acordo com o Plano de Contas Contábil;

10.2.2. Observe o prazo para a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

10.2.3. Observe o prazo para a publicação do Relatório de Gestão Fiscal;

10.2.4. Mantenha o Portal da Transparência devidamente atualizado, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação;

10.2.4. Cumpra com o limite de gastos com Pessoal;

10.3. Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo – Secex que adote as medidas necessárias para a autuação de processo de Fiscalização de Atos de Gestão – Fag com relação às irregularidades identificadas pelas unidades técnicas que se referem a atos de gestão, mencionadas na fundamentação do Voto, conforme disposto no subitem 35.4 da Exposição de Motivos nº 2/2023/Secex, aprovada pelo Plenário desta Corte de Contas em 25/4/2023;

10.4. Dar ciência ao Sr. Edy Rubem Tomas Barbosa, Prefeito, à época, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão correspondente, para que tome as providências que entender cabíveis;

10.5. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Setembro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins



ACÓRDÃO Nº 141/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 141/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

Rodrigues dos Santos, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral